

## “ADMINISTRAÇÃO HEREDITÁRIA RURAL”: UM MODO DE VIDA OU UMA DESCONEXÃO DA CIÊNCIA ADMINISTRATIVA APLICADA?

Luiz Carlos da Cruz (\*), Carla Prado

\* Centro Universitário Una / e-mail luiz.c.cruz@una.br

### RESUMO

O presente estudo objetivou averiguar o princípio administrativo envolto em unidades produtoras rurais familiares. Para o alcance dos resultados trabalhou-se com uma amostragem aleatória simples utilizando-se de questionários estruturados para coleta das informações. A aplicação dos questionários se deu em abril de 2013 e foi trabalhada nos municípios de Igarapé e Rio Manso. Os resultados apontaram uma desconformidade no que diz respeito ao processo de informação, ou seja, uma desinformação por parte dos gestores das empresas rurais transformando o processo informativo de políticas públicas para o setor uma via de mão única, ou seja, faz-se necessário também que os produtores/gestores busquem a informação e a qualificação. Ao que se conclui as pequenas empresas rurais pesquisadas utilizam-se basicamente de um processo administrativo hereditário, ou seja, conhecimentos de gestão repassados ao longo dos tempos sem adequação a realidade presente, mas, é de se ressaltar que, até que ponto estes realmente querem se adequar aos processos modernizados que o presente dispõe, pois constatou-se que a atividade rural é considerada mais que uma profissão para os produtores, confundindo-se com um modo de vida que não se deixa influenciar pelas ações do mundo globalizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Rural; Produtor Rural; Agricultura Familiar; Crédito rural.

### INTRODUÇÃO

A administração é uma ciência e também uma arte. Ciência porque possui um referencial teórico próprio, possível de ser tratado pelo método científico e arte porque se inclui na resolução dos problemas que surgem na condução das empresas, dentre estas, as rurais que devem possuir habilidade, sensibilidade e intuição para uma boa gestão (ARAÚJO, 2006).

A administração rural surgiu no começo do século XX junto às universidades de ciências agrárias na Inglaterra e Estados Unidos nos chamados "land grant"<sup>1</sup> com a preocupação de, sobretudo, analisar a credibilidade econômica e técnicas agrícolas (AZER, 2010). Trata-se de um conjunto de atividades que facilitam aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua empresa agrícola com a finalidade de obter melhor resultado econômico e mantendo a produtividade da terra.

De acordo com Hoffmann (1987), a Administração Rural é o estudo que considera a organização e operação agrícola, visando o uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores contínuos. É tomada como uma função produtiva, que consiste fundamentalmente em atos de decisão e, problematicamente, em distribuição de recurso, de modo a responder o que produzir, como, quanto e com quais recursos, sendo estes considerados fatores e agentes de produção. Além disso, outro fator assola área das pequenas propriedades rurais, sendo este concernente com a questão de para quem produzir e quais são os fatores de comercialização.

Neste cenário, segundo Azer (2010), a administração envolta na questão da alocação de recursos, registros contábeis e financeiros tornam-se essenciais para a contabilidade servindo como o instrumento "gerencial" mais divulgado para o setor. De uma forma geral, Antunes (1999) menciona que o conceito geral de administração rural se relaciona à necessidade de controlar e gerenciar um número cada vez maior de atividades, que podem ser envolvidas dentro de uma propriedade do setor agropecuário.

A administração rural passa por várias modificações estruturais e comportamentais frente à nova ordem mundial de globalização, consumindo conceitos antigos e reconhecendo suas teorias na busca do

<sup>1</sup> Land Grant - Expressão do inglês que significa concessão de terras.

aperfeiçoamento organizacional para a empresa rural. A nova ordem da administração rural vem mostrar aos administradores uma quebra de paradigma, onde os conceitos de propriedade rural familiar vêm perdendo espaço para a empresa rural administrada por profissionais detentores do conhecimento científico, adaptando de forma flexível os conceitos administrativos à realidade das empresas agrícolas brasileiras (AZER, 2010).

O mundo moderno enfrenta uma avalanche de mudanças. Essas mudanças resultam de uma série de fatores tais como o desenvolvimento tecnológico (informática, internet, satélite, etc), política econômica, política, o mercado, etc. A agricultura brasileira, como atividade econômica está à mercê dessas mudanças e, por tanto, o empresário rural precisa tomar consciência desses fatores e enfrentar os desafios, ou no mínimo, sensibilizar-se.

A atividade rural nesse sentido, deve ser encarada como empresa, isto por tratar-se de um negócio que envolve custos de produção, oscilação de preços e falta de crédito, fatores comuns a qualquer tipo de empresa. A atividade agro (agricultura e pecuária) apresenta outras características peculiares como a doenças nas lavouras ou mesmo uma epidemia na criação, ou então, considerar os fatores climáticos como uma estiagem prolongada, temperaturas elevadas, tempestade, granizo e geadas que fazem por alterar excessivamente as previsões econômicas de uma empresa rural e, logicamente, refletindo no seu desempenho final. Outro aspecto que deve-se considerar é a própria natureza dos produtos agropecuários, que em sua maioria são perecíveis.

Quase todos os seus produtos agropecuários, se não forem comercializados num período curto ou curtíssimo, no caso das frutas e hortaliças acabam se perdendo. Por aí se vê que é muito complicado ser um agricultor bem-sucedido. Com base nisto, percebe-se que o homem do campo tem de ser um administrador competente, bem mais dedicado e atento que o empresário urbano, isto caso queira conseguir bons resultados.

Nesse sentido, a Administração Rural como Ciência, nada mais é do que a adoção das ferramentas administrativas (Planejamento, Organização, Direção e Controle) com o objetivo básico de gerenciar os fatores de produção (Terra, Capital, Trabalho e Recursos Empresariais), buscando como resultado final a produção de produtos de qualidade e geração de lucros suficientes para que o negócio se perpetue ao longo do tempo.

O tratamento dado à Administração Rural, no Brasil, tem dado uma ênfase exagerada à produção e a seus aspectos quantitativos, deixando de destacar as outras áreas da empresa como a comercialização, o marketing, os recursos humanos, os controles e as finanças. Como o setor vem se adaptando ao novo cenário mundial, este trabalho foca principalmente como se dá o processo de administração de pequenas unidades produtoras familiares e a eficácia desta em propriedades nos municípios de Igarapé e Rio Manso, ambos pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

## **METODOLOGIA**

Para o alcance dos resultados foram aplicadas pesquisas amostrais que consistiram em selecionar parte da população por uma amostra aleatória simples, isto pois, cada elemento da população teve uma chance determinada de ser selecionado. Para aplicação deste método fez-se necessário extrair da relação cadastral dos escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) a relação das empresas rurais cadastradas nos municípios de Igarapé e Rio Manso.

Identificadas tais, atribuiu-se a cada elemento da população um número e depois efetivou-se a seleção aleatória da amostra constituindo-se em um total de 06 propriedades rurais selecionados, sendo 03 em cada município. Longe de qualquer procedimento estatístico, a amostra por acessibilidade seleciona elementos pela facilidade de acesso a tais e por de certa forma, manterem um padrão em termos de extensão territorial, atividade camponesa e princípios administrativos.

A ferramenta para coleta das informações se deu por meio de um questionário contendo perguntas sobre caracterização socioeconômica dos produtores rurais, caracterização das unidades produtoras, crédito rural, administração rural e insumos aplicados no mês de abril de 2013.

De acordo com Lakatos e Marconi (1996), o questionário trata de um instrumento para recolher informação e é uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito a pessoas. Tal ferramenta permite que o pesquisador conheça o objeto de estudo onde as perguntas podem ser classificadas quanto a sua forma simples, quando a pergunta é direcionada para determinado conhecimento que se quer saber ou abertas quando a resposta emite conceito abrangente. Para tabulação dos dados trabalhou-se com o programa Excel (componente do office) e também a ferramenta estatística denominada de SPSS 12.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas informações coletadas nos municípios de Igarapé e Rio Manso, a caracterização socioeconômica dos produtores aponta que a faixa etária predominante está acima de 40 anos e a escolaridade (gráfico 1) dos mesmos varia desde o ensino fundamental incompleto até o 2º grau completo, sem que nenhum tenha se especializado na área.

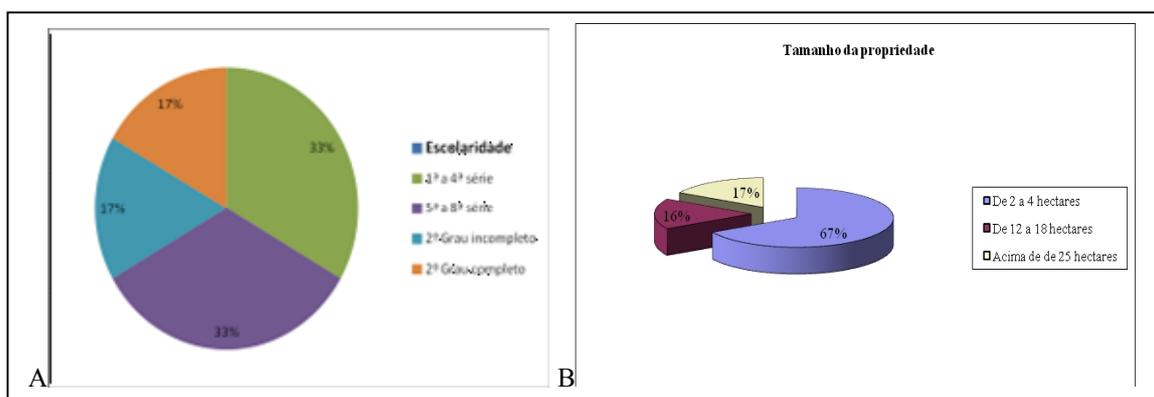


Gráfico 1: A) Escolaridade dos proprietários pesquisados. B) Tamanho das propriedades pesquisadas. Fonte: Dados de campo, 2013.

Quanto à caracterização da unidade produtora, os resultados indicam, conforme ilustrado no graf. 2, que 67% das propriedades possuem extensão de 2 a 4 hectares de terra, ou seja, pequenas propriedades. Apenas 17% possuem uma área acima de 25 hectares e 16% detêm entre 12 e 18 hectares.

Todos os produtores responderam que cultivam na região produtos hortifrutigranjeiros (fig. 1), atividade que predomina se comparada com a criação de animais, onde somente 33% atuam no negócio. A constituição da mão de obra absorvida nas unidades produtoras divide-se igualmente em 50% familiar e 50% não familiar, desta forma, tem-se metade das propriedades caracterizadas como de agricultura familiar.



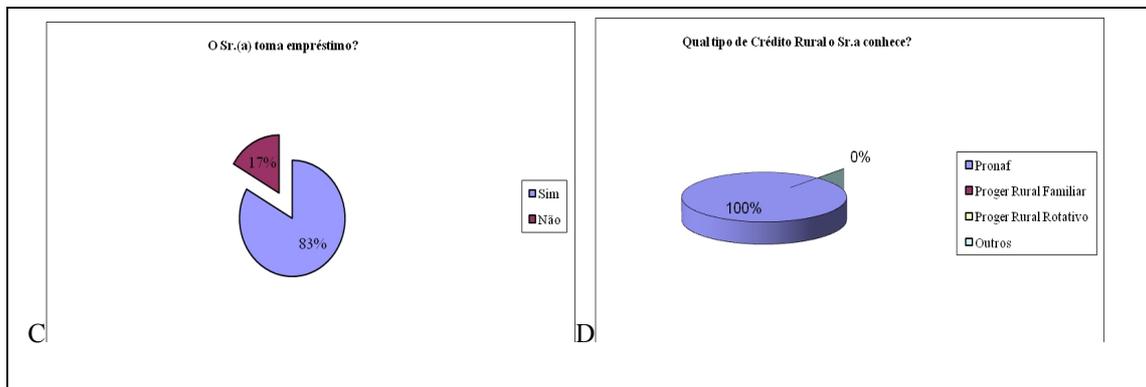
Figura 1 – Cultivo de hortaliça “couve flor” protegida pela cobertura mulching. Fonte: Carla Prado, 2013.

A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. Alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chegam a ser responsável por 60% da produção.

Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e que diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão de obra. Ainda com relação às características das propriedades estudadas, o quesito titularidade, assim como a mão de obra, indica resultados com percentuais iguais, tendo-se 50% dos produtores produzindo em terra própria e 50% em terras arrendadas.

Segundo o diretor-presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Alberto Duque Portugal, a inserção dos pequenos produtores no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, e condições político-institucionais representadas por acesso a crédito.

Este último conjunto de fatores normalmente tem sido a principal limitante do desenvolvimento. Embora haja um esforço importante do Governo Federal em implementar programas de cunho político-institucionais, como a exemplo, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) programas estaduais de assistência técnica e associativismo há um imenso desafio a vencer. Quando o tema é crédito rural percebeu-se que este ainda é um mecanismo que necessita de maiores esclarecimentos pois, dentre os produtores questionados, 16,67% afirmaram não conhecer o assunto e aqueles que conhecem, representando 83,33%, apontaram para um único tipo de crédito (gráf. 2), o PRONAF, do qual são tomadores de empréstimo (gráf. 3), unânimes, do grupo D.



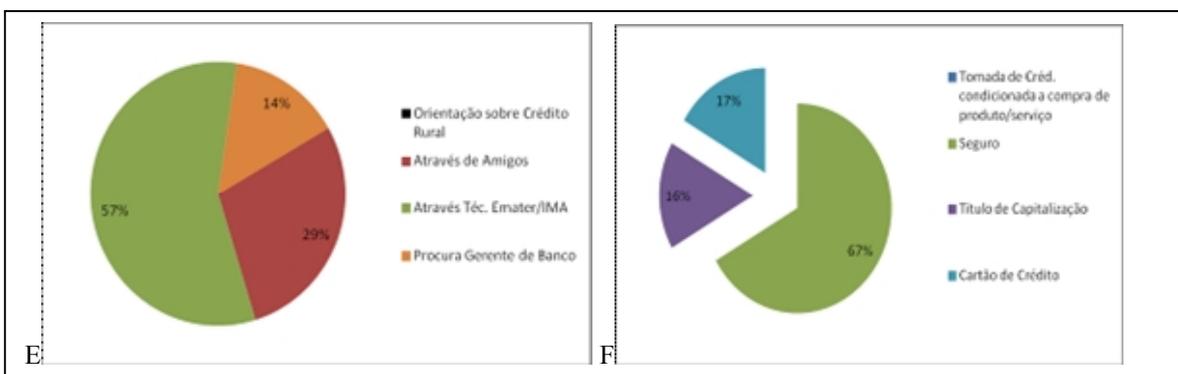
**Gráfico 2: c) Percentual de produtores que tomam empréstimo. D) Tipo de crédito conhecido dos produtores. Fonte: Dados de campo, 2013.**

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Além das formas convencionais de financiamento desta linha de crédito, que variam de acordo com o limite financiado e, conseqüentemente, a taxa de juros praticada, o programa dispõe de linhas específicas. Cada uma busca atender às especificidades do público a que é dirigida.

A linha custeio destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF. A linha de investimento é destinada ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Estas linhas, são divididas em grupos (A, A/C, B, D e E-Proger Rural) que servem para fazer o enquadramento dos produtores de acordo com sua renda e finalidade do crédito (SEBRAE, 2012). O Programa para Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER) é voltado para o produtor rural e para a agroindústria, de micro e pequeno porte, além de cooperativas cujos integrantes sejam de micro e pequeno porte. Este foi criado pelo Governo Federal em 1995 com o objetivo de promover o desenvolvimento das atividades rurais dos pequenos produtores e proporcionar o aumento da renda e a geração de emprego no campo. Sua finalidade é a abertura de crédito fixo para

financiamento das despesas de custeio e investimento dos produtores rurais e mesmo depois de 17 anos de criação, o PROGER ainda é desconhecido pelos produtores.

Interrogados quanto à fonte utilizada para se orientar sobre crédito rural (gráfico 3), 57% dos produtores mencionaram a EMATER-MG, 29% responderam que se orientam através de amigos e apenas 14% buscam informações com gerentes de bancos. A EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) foi criada em 1975, ao mesmo tempo em que era extinta a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, buscando difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas e melhoria das condições de vida no meio rural do Estado de Minas Gerais, de acordo com as políticas de ação do Governo estadual e federal.



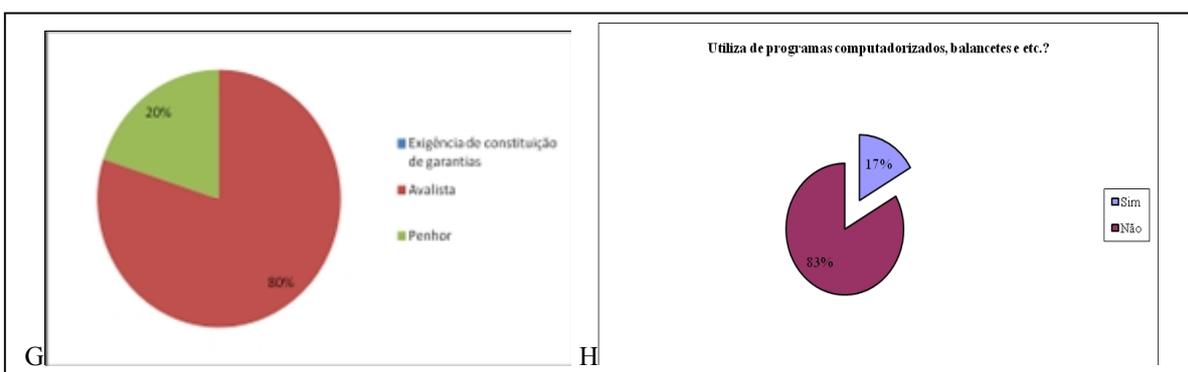
**Gráfico 3: E) Orientações sobre Crédito rural. F) Tomada de crédito condicionada a compra de produto/serviço. Fonte: Dados de campo, 2013.**

Representada por seus Esloc's (Escritórios Locais) nos municípios mineiros, incluindo as cidades de realização da pesquisa, Igarapé e Rio Manso, a EMATER-MG, tem estreitado os laços com os produtores a fim de prestar serviços confiáveis que favoreçam o crescimento da atividade nestas áreas. Enquanto os bancos, por sua vez, não facilitam este alavancamento quando, não repassam informações claras aos usuários de seus serviços.

Nos municípios pesquisados, 100% dos beneficiários de crédito rural tomam empréstimo no Banco do Brasil, mesmo existindo outros bancos nos municípios, além do mais, a instituição que explora o serviço não comenta com os mesmos sobre outras opções de crédito, diferentes daquela adquirida e condiciona a liberação do crédito à compra de algum produto/serviço e abertura conta corrente.

Dentre os serviços/produtos citados pelos pesquisados, o seguro apresenta 67% de indicação, seguido do cartão de crédito com 17% e título de capitalização, com 16%. Vale ressaltar que, esses condicionantes, não estão dispostos como preceitos básicos para a concessão do crédito, dentre aqueles mencionados pela secretaria de agricultura familiar, órgão responsável pelo programa.

Segundo os produtores estudados, o gerente do banco ainda exige constituição de garantias, onde apontaram avalista como o mais requerido e o penhor por uma (gráfico 4). De acordo as informações disponibilizadas pelo BCB (Banco Central do Brasil) (2012) as garantias são livremente acertadas entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito.



**Gráfico 4: Exigência de constituição de garantias para concessão de crédito. H) Utilização de ferramentas na administração rural. Fonte: Dados de campo, 2013.**

Como ponto positivo para o crédito rural, os agricultores citaram de forma geral os juros baixos que o mesmo requer e, em contrapartida, como ponto negativo a burocracia foi abordada com a mesma intensidade. Com relação ao crédito rural, não foi indicada como resposta, nenhuma fonte de obtenção do recurso, que não seja por banco.

Diante das perguntas voltadas para o tema principal deste trabalho, a administração rural, 50% dos produtores responderam que eles mesmos administram a propriedade, 33% indicaram a família e 17% mencionaram o arrendador da terra. No exercício desta administração, 100% dos produtores não utilizam programas computadorizados como ferramenta. Perguntados ainda se desempenham algum tipo de controle utilizando balancetes como instrumento, somente 17% destes alegaram fazer controle manual de contas, conforme demonstra o gráfico 4.

Apesar de haver o planejamento das atividades e certa organização, o controle econômico-financeiro não está sendo realizado na sua plenitude. De um modo geral, todas as empresas rurais de base familiar tem certa aversão a realizar o controle financeiro com o uso de técnicas de contabilidade para apurar o resultado final de cada atividade ou ano agrícola. Esse controle não é realizado por dois motivos sendo o primeiro pelo fato de o produtor considerá-lo desnecessário e, segundo, por ele desconhecer métodos práticos e simples de controle das receitas e despesas que ocorrem durante o ciclo produtivo.

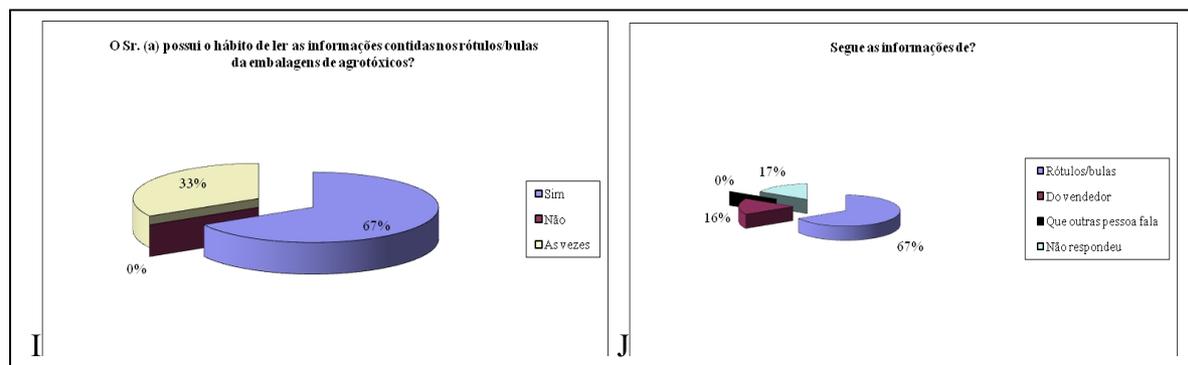
Tal questão acaba por incidir de forma direta no processo da administração rural, isto, pois o desconhecimento pode levar a um gasto desnecessário com a produção. Sabe-se que o processo de administrar não gira somente em torno da ciência administrativa, mas, esta para ser eficaz necessita-se transitar em outras áreas que dêem suporte técnico necessário para uma minimização de custos e maximização dos lucros.

Num mundo globalizado e competitivo, não basta que o agricultor familiar apenas saiba produzir. É necessário que tenha acesso a informações e apoio em todo o processo produtivo. Da decisão do que produzir até a comercialização, o trabalho pode e deve ser planejado com vistas a superar dificuldades, aproveitar melhor as potencialidades e agregar valor ao produto.

Um exemplo claro da distorção administrativa encontrada com frequência na administração de pequenas empresas rurais se dá quanto ao gasto com o insumo “agrotóxico”. De acordo com a amostragem pesquisada, 83,33% dos produtores declararam desembolsar uma quantia variável a partir de R\$401,00 (quatrocentos e um real) e 16,67% revelou que o gasto é entre R\$201,00 a R\$300,00, o que representa na renda dos agricultores, um percentual com variação de 3 a 20%. Na opinião de 66,67% este gasto esta tendo uma crescente, justificando o aumento dos preços dos produtos e também das pragas e doenças.

Para os que acham que o gasto tem diminuído, uma minoria de 33,33% da amostra, contradisseram a maioria, alegando a diminuição da incidência de doenças seguida da utilização de controles alternativos. Perguntados sobre a quantidade de vezes que fazem aplicação de agrotóxicos durante o ano, 100% responderam que realizam a ação mais de três vezes, porém as opiniões se diferem quando foram indagados se este número de aplicações de agrotóxicos tem aumentado ao longo dos anos. Nesta avaliação, tem-se 66,67% indicando o crescimento da prática e 33,33% defendendo seu declínio.

O entendimento das informações neste setor é de suma importância, mas os gráficos abaixo de certa forma evidenciam uma realidade passível de observações, principalmente quanto à interpretação de rótulos de embalagens que são obrigados por lei estarem discriminadas todas as informações técnicas. (gráf. 5).



**Gráfico 5: I) leitura das informações contidas nos rótulos da embalagens. J) Informações que o produtor costuma seguir. Fonte: Dados de campo, 2013.**

O Brasil é campeão mundial de uso de agrotóxico, embora não seja o campeão mundial de produção agrícola. Segundo o pesquisador, Wanderley Pignati, doutor em Saúde Pública e professor da Universidade Federal de Mato Grosso, o país faz uso de agrotóxicos que foram proibidos em 1985 na União Européia (UE), Estados Unidos e Canadá. No Brasil, há dois anos existe a tentativa de revisar o uso de 14 tipos, mas trata-se de um esforço ainda não atingido, porque depende do parecer do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente e o parecer do próprio sindicato dos produtores.

Como órgão regulador do assunto tem-se a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que coordena o Sistema Nacional de Vigilância Toxicológica, regulamentando, analisando, controlando e fiscalizando produtos e serviços que envolvam risco a saúde - agrotóxicos, componentes e afins e outras substâncias químicas de interesse toxicológico. Realiza a avaliação toxicológica para fins de registro dos agrotóxicos e a reavaliação de moléculas já registradas; normatiza e elabora regulamentos técnicos e monografias dos ingredientes ativos dos agrotóxicos; coordena o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos (PARA) e a Rede Nacional de Centros de Informação Toxicológica e promove ações de capacitação em toxicologia no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

Esta crescente na utilização de agrotóxicos muito das vezes pode ser representada por práticas inadequadas de manejo. Um dos problemas evidenciados na questão da administração rural, principalmente de pequenas propriedades é em função da baixa escolaridade e o que desencadeia uma série de questões. Em muitos casos o processo de cultivo, produção e administração é similar a uma administração hereditária, isto onde os princípios e conhecimentos são repassados ao longo dos anos sem nenhuma adequação para a realidade. Tais procedimentos acabam por deixar uma grande margem de risco para o empresário rural, pois este dificilmente se adapta a um mercado globalizado e consegue manter e/ou aumentar seus lucros sem atentar-se aos novos modelos de produção, gerenciamento e novas tecnologias.

No que se refere ao sistema de escoamento da produção, os resultados apontam que este basicamente é feito por meio de caminhão próprio em 83,33% das propriedades, quando apenas 16,67% utilizam meios terceirizados. Este fator é positivo para a redução de custos dos produtos, tanto para os produtores, quanto para os consumidores, pois, todo custo agregado ao produto é repassado a todos os elementos da cadeia produtiva, incluindo o consumidor final. Basicamente 100% dos entrevistados direcionam a produção a ser comercializada para a Ceasa Minas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A) localizada no município de Contagem também pertencente à região metropolitana de Belo Horizonte. Na rota para se chegar até a central de abastecimento, são percorridos aproximadamente 50 km por trecho diariamente. Muitos dos produtores preferem efetuar a venda direta de seus produtos, pois é uma alternativa de se eximem dos atravessadores que diminuem o valor de compra do produto e acabam por ditarem os preços segundo sua conveniência.

Considerando as respostas obtidas no tópico proposto de insumos, 100% dos produtores afirmaram fazer o uso de irrigação, adubo químico e as sementes utilizadas são compradas (fiscalizadas). Quanto à rotação de culturas, 83,33%, realizam a técnica e o adubo orgânico é adotado em 50% das lavouras. A irrigação é uma alternativa para a suplementação da água durante períodos de déficit. Porém, ela não funciona isoladamente,

mas, sim, combinada com outras práticas agrícolas, de forma a beneficiar a cultura. Além disso, a qualidade da água é fundamental para a obtenção de frutos de alta qualidade e maior rendimento por área.

Considerando as observações finais de alguns produtores, a propriedade rural é um bom negócio, onde o lucro é alcançado com a produtividade e muito trabalho. Os principais problemas enfrentados por eles são a mão de obra ineficiente e cara, mercado desregulado e custos de produção elevados.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que se conclui mediante o objetivo proposto, constata-se que basicamente as pequenas empresas rurais pesquisadas classificam-se como familiar e o processo administrativo basicamente é reconhecido como um processo hereditário, isto porque os métodos detectados de produção e de administração são aqueles repassados por uma cronologia familiar antiga. Quanto à atividade familiar, verificou-se um contexto repassado de geração para geração e por se tratar de um negócio tão doméstico, a possibilidade de submeter-se a sugestões de mudanças não é bem quista pelos atores sociais envolvidos.

Neste, sentido, não basta somente o esforço do Governo Federal em oferecer subsídios para a sobrevivência da atividade, mas de uma forma geral, deve haver uma mudança de postura por parte do gestor da empresa rural. É imprescindível que os produtores entendam, aceitem e busquem modificar seus métodos de trabalho, visto que, as tecnologias favorecem não somente as atividades braçais como também, auxiliam na administração das mesmas. Saber ao certo quanto se investe e quanto de retorno se tem, permite que os erros e ajustes sejam revistos em seu planejamento. As fontes de informações e assistência colocadas à disposição dos pequenos produtores, hoje já contam com profissionais qualificados no sentido de favorecê-los.

Os resultados denotam uma desconformidade no que diz respeito ao processo de informação, ou seja, uma desinformação por parte dos gestores das empresas rurais. Salienta-se que o processo informativo e de políticas públicas para o setor não pode se tornar uma via de mão única. Faz-se necessário também que os produtores/gestores busquem a informação e a qualificação, mas é de se ressaltar que, até que ponto estes realmente querem se adequar aos processos modernizados que o presente dispõe. Neste caso, já caberia uma nova variável de pesquisa, mas já se ressalta mediante os resultados da amostra que a atividade rural é considerada mais que uma profissão para os produtores.

Contudo, vale ressaltar que a pesquisa apresentada não é conclusiva, uma vez que foram abordadas apenas amostras aleatórias nos municípios mencionados. Portanto, este artigo não encerra o assunto levantado e apresenta variáveis que possivelmente servirão de indicativos para futuras investigações.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, Luciano Médi. **Manual de Administração Rural: custos de produção**. Guaíba: agropecuária, 1999.
2. ARAUJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
3. AZER, Adriano Marques. **Tempos Modernos da Administração Rural**. 2010. Disponível em <http://www.fucamp.edu.br> Acesso em 28/04/2012.
4. BCB. Banco Central do Brasil (2012) **Perguntas Frequentes FAQ - Crédito Rural**, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RED-CREDITORURALFAQ>> Acesso em 28/04/2012.
5. EMATER-MG. **Minas Faz História**. Belo Horizonte. 2006. 126 p. il.
6. EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2004) **O Desafio da Agricultura Familiar**, disponível em <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>> Acesso em 28/04/2012.
7. HOFFMANN, Rodolfo. **Administração da Empresa Agrícola**. São Paulo: Pioneira, 1987.



8. MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
  
9. SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2012) **Cartilha de Acesso ao Pronaf**, disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)> Acesso em 28/04/2012. Biblioteca -